

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira 4



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-461-0 DOI 10.22533/at.ed.610191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES) CAMINHOS DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA NO BRASIL	
Jeferson Saccol Ferreira	
Elisa Christina Ferreira	
Júlio Alex Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.6101910071	
CAPÍTULO 2	22
A “COLA” NA AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM NA VISÃO DE ALUNOS(AS) NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SÃO SEBASTIÃO, APUIARÉS-CE	
Ivan Costa Lima	
Fabiana Almeida de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.6101910072	
CAPÍTULO 3	36
A AUTOAVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ESTÍMULO AO CRESCIMENTO PESSOAL E DE GRUPOS DE TRABALHO	
Bruna Larissa Maganhe	
Ana Luiza Carvalho de Oliveira Galvão	
Henrique Cancian	
Carmo Gabriel da Silva Filho	
Gustavo Cardoso Lima	
Nathalia Tami Nishida	
Iago Vinícius Teodoro Carraschi	
Bianca Freire Bium	
Bruna Alves Malheiros	
Mellory Martinson Martins	
Roberto Ruy Mendes de Araújo Filho	
Marcelo Machado De Luca de Oliveira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.6101910073	
CAPÍTULO 4	40
A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DAS FACULDADES PRIVADAS DO SUL CATARINENSE	
Kelli Savi da Silva	
Antonio Serafim Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6101910074	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES SOBRE O PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	
Rafael Martins Sais	
DOI 10.22533/at.ed.6101910075	

CAPÍTULO 6 63

A UTILIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS PARA MELHORAR O DESEMPENHO DE ALUNOS NA PROVA BRASIL

Elenise Neuhaus Diniz
Carine Girardi Manfio
Carla Loureiro Alves Kleinubing
Felipe Klein Genz
Wellington dos Santos Ruis

DOI 10.22533/at.ed.6101910076

CAPÍTULO 7 69

ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Walterlina Brasil
Clésia Maria de Oliveira
Aline Andriolo

DOI 10.22533/at.ed.6101910077

CAPÍTULO 8 82

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, SISTEMAS DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Maytê Cabral Mesquita
Maria Carolina Tomás
Kleber Jacques Ferreira de Souza
Leandro Figueira Lessa

DOI 10.22533/at.ed.6101910078

CAPÍTULO 9 93

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS CONTEÚDOS ESCOLARES: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA PELO OLHAR DAS TEORIAS CRÍTICAS

Deli Vieira Silveira
João Luiz Gasparin

DOI 10.22533/at.ed.6101910079

CAPÍTULO 10 106

AVALIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: INDICADORES E MAPEAMENTO DE PROCESSOS

Guilherme Krause Alves
Luciane Stallivieri
Rogério da Silva Nunes

DOI 10.22533/at.ed.61019100710

CAPÍTULO 11 119

AVALIAÇÃO DA PESQUISA DESENVOLVIDA NA UFSC EM PARCERIA COM AS SUAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Carla Cerdote da Silva
Alexandre Marino Costa
Lilian Wrzesinski Simon
Alexandre Moraes Ramos

DOI 10.22533/at.ed.61019100711

CAPÍTULO 12	136
AVALIAÇÃO DE COTISTAS E NÃO COTISTAS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ACADÊMICO E DA EVASÃO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	
Amália Borges Dário Rogério da Silva Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.61019100712	
CAPÍTULO 13	155
AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES: SISTEMA OU PROCESSO?	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Vinícius Silva Flausino	
DOI 10.22533/at.ed.61019100713	
CAPÍTULO 14	166
AVALIAÇÃO DO ENSINO DA SUSTENTABILIDADE NOS MELHORES CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL DO BRASIL	
Juliana Ferreira Bezerra Moccock Felipe Guilherme de Oliveira Melo Ângela Tainá da Silva Monteiro Clarissa Nogueira Pessoa Isabela Nascimento Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.61019100714	
CAPÍTULO 15	183
AVALIAÇÃO FORMATIVA DOCENTE E DISCENTE EM DIFERENTES CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL: UMA REFLEXÃO COMPARATIVA	
Fernanda Sprada Lopes Silvana Mara Bernardi Rizotto Ivo José Both	
DOI 10.22533/at.ed.61019100715	
CAPÍTULO 16	189
INSTRUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	
Carin Carvalho Brugnara	
DOI 10.22533/at.ed.61019100716	
CAPÍTULO 17	203
NOVA PERSPECTIVA DE AVALIAÇÃO NAS LICENCIATURAS: A CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	
Ezequias Cardozo da Cunha Junior Augusto Helberty Silva	
DOI 10.22533/at.ed.61019100717	
CAPÍTULO 18	211
O AMBIENTE ESCOLAR: A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO EDUCACIONAL E A APRENDIZAGEM	
Humberto Torres Gonzales	
DOI 10.22533/at.ed.61019100718	

CAPÍTULO 19	217
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE ENTRE 1995 E 2013: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
Alexandre Ramos de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.61019100719	
CAPÍTULO 20	235
REFLEXÃO NARRATIVA E ANÁLISE DA MINHA PRÁTICA COMO DOCENTE	
Rubens Paulo Santos	
DOI 10.22533/at.ed.61019100720	
CAPÍTULO 21	251
RELAÇÃO DOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO COM <i>PERFORMANCE</i> : O CASO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS	
Jênifer de Brum Palmeiras	
Denize Grzybovski	
DOI 10.22533/at.ed.61019100721	
CAPÍTULO 22	271
TECNICAS MISTAS DE COLETA DE DADOS EM PESQUISA QUALITATIVA. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS AVALIATIVAS DOS PROFESSORES ESPECIALISTAS DA UNNE	
Rocio Mariel Obez	
Laura Isabel Avalos Olivera	
Marlene Soledad Steier	
Milena María Balbi	
DOI 10.22533/at.ed.61019100722	
CAPÍTULO 23	284
USO DE ABORDAGEM QUALITATIVA EM PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	
Neide Aparecida de Souza Lehfeld	
Edilson Carlos Caritá	
Manoel Henrique Cintra Gabarra	
Carlos Eduardo Saraiva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.61019100723	
CAPÍTULO 24	294
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: FLUÊNCIA TECNOLÓGICO-PEDAGÓGICA NA REDE E-TEC BRASIL UFSM	
Sabrina Bagetti	
Alessandro Carvalho Miola	
Elena Maria Mallmann	
DOI 10.22533/at.ed.61019100724	
SOBRE O ORGANIZADOR	309

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS CONTEÚDOS ESCOLARES: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA PELO OLHAR DAS TEORIAS CRÍTICAS

Deli Vieira Silveira

Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá - Paraná

João Luiz Gasparin

Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá - Paraná

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo trazer à tona a temática da avaliação da aprendizagem dos conteúdos escolares para a discussão de questões relacionadas à história da instrução pública no âmbito nacional, a fim de refletir sobre a prática avaliativa pela ótica das teorias críticas. A pesquisa qualitativa, conduzida pelo método dialético para o levantamento bibliográfico e documental das produções do tema em estudo, tem como intuito apresentar uma análise interpretativa da influência dos aspectos de ordem política, econômica, social e cultural, nas concepções didáticas e pedagógicas presentes nas práticas avaliativas dos professores do nosso país. O processo investigativo partiu do seguinte questionamento: Na prática educativa, a avaliação da aprendizagem dos conteúdos escolares tem cumprido com a função diagnóstica que permite ao professor o acompanhamento contínuo, permanente, formativo e cumulativo do processo de aprendizagem do aluno, a partir da apropriação dos conteúdos escolares? Nesse sentido, procuramos estabelecer

relações entre as variáveis que produziram, e continuam produzindo, historicamente, as condições materiais que configuraram a realidade educacional contemporânea. O resultado da análise nos possibilitou identificar as vicissitudes inerentes ao processo de apropriação das concepções que envolveram a temática da avaliação representada pela tensão transitória entre o tradicional e o novo, refletir sobre as nuances dessa transição pelo viés das Teorias Críticas e compreender que a função que a avaliação da aprendizagem dos conteúdos escolares cumpre na prática educativa converge com os pressupostos, princípios e valores difundidos nos documentos elaborados e disseminados pelos organismos internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação. Funções. Aprendizagem. Formação de professores.

ABSTRACT: This research aims to bring to reflection, the theme of the assessment of the learning of school contents for the discussion of issues related to the history of public education at the national level, in order to reflect on the assessment practice from the perspective of critical theories. The qualitative research, led by the dialectical method for the bibliographical and documentary survey of the productions of the subject under study, has as an intent to present an interpretative analysis of the influence

of political, economic, social and cultural aspects, in the didactic and pedagogical conceptions present in the assessment practices of teachers of our country. The research process started with the following question: In the educational practice, has the evaluation of the learning of the school contents fulfilled with the diagnostic function that allows the teacher the continuous, permanent, formative and cumulative accompaniment of the learning process of the student, from the appropriation of the school contents? In this sense, we sought to establish relationships among the variables that have produced, and continue producing, historically, the material conditions that shaped the contemporary educational situation. The result of the analysis allowed us to identify the vicissitudes inherent to the process of appropriation of the conceptions that involved the evaluation theme represented by the transitory tension between the traditional and the new, ponder the nuances of this transition through the bias of Critical Theories and understand that the function that the evaluation of the learning of school content complies with educational practice, converges with the assumptions, principles and values disseminated in the documents elaborated and disseminated by the international organizations.

KEYWORDS: Assessment. Functions. Learning. Teacher training.

1 | INTRODUÇÃO

As concepções didáticas e pedagógicas dos professores implicam na forma como a avaliação da aprendizagem dos conteúdos escolares se efetiva na prática educativa e na função que esta cumpre no processo de aprendizagem na interação com a função social da escola pública, que, pautada na concepção de que “[...] a escolarização básica constitui instrumento indispensável à construção da sociedade democrática [...]”, tem por finalidade socializar e difundir o “[...] saber sistematizado que constitui o indispensável à formação da cidadania [...]” (MELLO, 1987, p.22).

Assim, os estudos e reflexões sobre a temática das práticas da avaliação da aprendizagem dos conteúdos escolares devem perpassar pelo debate da didática e formação dos professores, porém, sem desconsiderar os aspectos de ordem econômica, política e social, que produziram, e continuam produzindo, historicamente, as condições materiais que configuraram a realidade educacional contemporânea.

Com o objetivo trazer à cena a temática da avaliação da aprendizagem dos conteúdos escolares para a discussão de questões relacionadas à história da instrução pública no âmbito nacional, procuramos estabelecer relações entre as variáveis de ordem social, cultural, política e econômica e as vicissitudes inerentes ao processo de apropriação das concepções que envolveram a temática da avaliação representada pela tensão transitória entre o tradicional e o novo e refletir sobre as nuances dessa transição pelo viés das Teorias Críticas.

Segundo Saviani (2008, p.399), as Teorias Críticas, pautadas pela crítica “[...] à hegemonia instalada na sociedade capitalista [...]” buscam refletir sobre o “[...]”

modo como as relações de poder e desigualdade (social, cultural e econômica), em sua miríade de combinações de formas e complexidades, [...]” se apresentam na composição da sociedade (APPLE; AU; GANDIN, 2011, p.14).

Buscamos subsídios nas Teorias Críticas que enfatizam que o processo dialético de transformação “[...] das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição [...]” (GADOTTI, 1990, p. 7-8).

Acreditamos que o conhecimento e a compreensão dos pressupostos filosóficos e epistemológicos nos quais se encontram fundamentadas as Teorias Críticas podem “[...] elevar a prática educativa desenvolvida pelos educadores brasileiros do nível do senso comum ao nível da consciência filosófica [...]” e permitir pela análise das transformações e das contradições “[...] passar de uma concepção *fragmentária, incoerente*, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada [...]” (SAVIANI, 2004, p. 2).

A problemática que norteou o processo de pesquisa partiu do seguinte questionamento: Na prática educativa, a avaliação da aprendizagem dos conteúdos escolares tem cumprido com a função diagnóstica que permite ao professor o acompanhamento contínuo, permanente, formativo e cumulativo do processo de aprendizagem do aluno, a partir da apropriação dos conteúdos escolares?

A pesquisa qualitativa foi conduzida pelo método materialista histórico-dialético que “[...] considera que o mundo, por sua própria natureza é material e que os múltiplos e variados fenômenos do mundo e da natureza constituem diversas formas e modalidades da matéria em movimento [...]” (CUNHA; SOUSA; SILVA, 2014, p. 139).

O referencial teórico está fundamentado nos pressupostos filosóficos do materialismo histórico-dialético; na Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2012) e nos princípios didáticos para a Pedagogia Histórico-Crítica apresentada por Gasparin (2011), e na Teoria da Semicultura apresentada por Adorno (1995, 2005) bem como nos estudos teóricos sobre a avaliação de Luckesi (2002, 2003, 2005, 2011) e demais autores que se dedicaram a pesquisar sobre esse tema pelo viés das teorias críticas de aprendizagem.

Segundo Konder (1981) e Kopnin (1972, 1978), o método dialético, consiste na compreensão das contradições e transformações da realidade, que se encontra constantemente em movimento. Para Lênin (apud KRAPÍVINE, 1986, p.133) “[...] a dialética é a teoria do conhecimento do marxismo, desse modo, temos que o raciocínio científico da dialética consiste em três elementos: tese, antítese e síntese [...]”.

Para isso, alicerçamos, a pesquisa na história da instrução pública no Brasil explicitada por Schelbauer (1998); Savini (1984, 2004); Saviani et al. (2004, 2006); Miguel, Vidal e Araújo (2011); Araujo, Souza e Pinto (2012); Souza e Lopes (2011); Motta et al. (2012); Galuch (2005, 2013); Galuch e Crochík (2016), a fim de identificar os aspectos políticos, econômicos e sociais, presentes na história da implementação

e implantação a escola pública que compuseram o cenário da educação brasileira legado à sociedade contemporânea e apresentar uma análise interpretativa da prática da avaliação da aprendizagem dos conteúdos escolares, pelo viés da didática e da formação de professores a partir da perspectiva das Teorias Críticas.

2 | APRENDIZAGEM DOS CONTEÚDOS ESCOLARES NO BRASIL: TENSÕES TRANSITÓRIAS ENTRE O TRADICIONAL E O NOVO

Segundo Saviani (2005, p. 3-4), a concepção de escola organizada e mantida pelo Estado foi difundida no século XIX, e prevaleceu até o século XX, “[...] vinculada à iniciativa de organização dos sistemas nacionais de ensino, tendo como objetivo permitir o acesso de toda a população de cada país a uma escola capaz de garantir o domínio das competências relativas ao ler, escrever e contar”. Compreende-se, a partir dos estudos dos autores acima mencionados, que, embora a reivindicação da escola pública date da Revolução de 1789, somente a partir do século XIX a sociedade se mobilizou para tornar o ensino obrigatório. O surgimento e a expansão da escola pública no Brasil ocorreram em consonância com um projeto internacional de industrialização em âmbito global.

A crise do capital, vivenciada pelos países industrializados, encontrou no Brasil, que passava por um processo de transição do sistema escravocrata para o sistema capitalista, as condições materiais objetivas necessárias para superação da crise de superprodução industrial. A partir deste contexto, o país encontrou na educação uma forma de conter os conflitos de interesse de classes e consolidar a nova ordem social. O ideário da educação sofreu transformações com vistas ao atendimento dos interesses dessa nova sociedade.

Conforme Galuch (2013, 2016), houve uma inversão no objetivo da educação, quando comparado ao que fora no século XVIII; uma nova direção foi dada à forma de ensinar o conteúdo que passou do instruir para a educação geral. Então, a ênfase deixou de ser os conteúdos e a apropriação do conhecimento, passando a ter como objetivo formar indivíduos cooperativos, solidários, resilientes e com rígidos padrões de valores morais.

Diversas reformas surgiram, porém nem todas as ideias propostas se realizaram. Conforme estudo comparado realizado por Araújo, Souza e Pinto (2012) sobre o processo de institucionalização e expansão das escolas primárias nos diferentes Estados do Brasil foi possível identificar que as reformas do ensino decorreram de um movimento dinâmico internacional que buscava, na modernização do ensino proposto pela Escola Nova, a disseminação da escola primária como fator relevante para a solução dos problemas sociais e para a manutenção do próprio regime republicano (SCHELBAUER, 1998).

Pode-se compreender, com essa breve análise, que as diferenças, avanços e

retrocessos observados no processo histórico de implementação das reformas no ensino, em âmbito nacional, decorrem das singularidades e especificidades na dimensão econômica, política, cultural e social de cada Estado, porém, todas as reformas da instrução pública, levadas a termo, buscaram, dentro de suas possibilidades e de acordo com os interesses dos sujeitos que ocupavam as funções e cargos de gestores públicos, a modernização e a expansão da escola primária a partir da adequação do ensino, visando à formação do cidadão republicano necessário às demandas sociais desse período (MIGUEL; VIDAL; ARAÚJO, 2011).

3 | A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A PRÁXIS PEDAGÓGICA: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA PELA PERSPECTIVA DAS TEORIAS CRÍTICAS

Adorno (2005, p. 2) relata que “[...] a crise na formação cultural” que tem fomentado debates, reflexões e análise crítica de estudiosos e pesquisadores da educação “[...] não é um simples objeto da pedagogia”, trata-se de uma temática que perpassa a sociologia, a política, a economia, a tradição, a cultura e a história das transformações da educação e da sociedade.

Batista (2000), em alusão aos pressupostos apresentados por Adorno (2005) a respeito da Semiformação ou Teoria da Semicultura, relata que as reformas político-educacionais que tratam do conteúdo curricular, ao longo da história da educação, têm apresentado propostas mediante a justificativa de facilitar mais e mais a assimilação do conteúdo por parte do aluno da escola pública. Tal fato tem-se efetivado no nivelamento por baixo e na banalização dos conteúdos culturais para atender as necessidades educacionais das classes desfavorecidas.

Os estudos sobre a Teoria da Semicultura apresentados pelo filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno (1903-1969), um dos fundadores da Escola de Frankfurt fundamentada na ideologia marxista, que buscou ao longo de sua vida compreender os processos de formação do homem na sociedade se entrecruza com o debate e diálogo de outros autores e contribuem para a reflexão e análise crítica da influência das reformas político-pedagógicas na educação escolar em âmbito nacional e suas implicações no processo de formação cultural dos educandos que, conforme apontado pelo autor e demais pesquisadores e estudiosos da educação, se concretizam em uma semiformação em consonância com o modo de organização da sociedade e dos interesses por ela defendidos.

Libâneo (2016), em consonância com Bordieu (1992), relata que, em atendimento às regras do jogo, estabelecidas pelo país, as agências e organismos internacionais, no campo educacional, têm formulado documentos supranacionais, como diretrizes, programas e projetos de lei, com representação do Banco Mundial cujas políticas educativas estão centradas no alívio à pobreza e redução da exclusão social por meio de um currículo instrumental ou de resultados imediatistas.

Essas orientações estão pautadas em uma concepção de escola como lugar de acolhimento e proteção social que converge para o esvaziamento do conteúdo curricular que. Esse encaminhamento, segundo Young (2016), abarca uma diversidade de finalidades que não condizem com a aquisição do conhecimento o que contribui para a desvalorização do conhecimento científico, das formas de ensino e aprendizagem e da formação do professor.

Silva e Mazote (2011, p.12) afirmam que “[...] a escola atua a serviço do mercado cultural e linguístico dominante,” aceitando apenas a linguagem “legítima”; esta, de acordo com Soares (2002, p.61) acaba por cumprir a “[...] função de perpetuação da estratificação social”, fracassando na função de possibilitar às camadas sociais populares a apropriação dos bens simbólicos que constituem o capital cultural e linguístico, favorecendo a marginalização cultural.

[...] A escola ao permitir o fracasso dos alunos provenientes das classes dominadas, mostra-se como instituição a serviço da sociedade capitalista, pois assume e valoriza a cultura das classes dominantes e proporciona a esses alunos um processo de marginalização cultural, uma vez que discrimina a diversidade cultural e transforma diferenças em deficiências (SILVA, MAZOTE, 2011, p. 18).

Estudiosos, pesquisadores e defensores de uma orientação dialética-crítica defendem a escola como uma das mais importantes instâncias de democratização da sociedade e de promoção da inclusão social, por meio da transmissão dos saberes sistematizados como base para o desenvolvimento intelectual e da personalidade dos alunos.

Para Adorno (1995, p. 121), trata-se de uma educação como instrumento de formação e humanização das pessoas com a finalidade de refletir sobre as condições materiais e objetivas que possibilitaram o desenvolvimento de ideias capazes de produzir barbáries, a fim de conscientizar os sujeitos a partir de uma educação para autorreflexão crítica que permita “[...] reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos” e compreender o que há por trás das ações, das condições que levam as pessoas a agirem de determinado modo.

O cenário social atual foi historicamente construído pelas determinações políticas e ideológicas que buscaram, e continuam buscando, atender aos interesses econômicos do capitalismo multinacional dos quais decorrem as contradições caracterizadas, de um lado, pelo avanço e progresso tecnológico e, do outro, pelas desigualdades sociais. Conforme Libâneo (2016), a educação foi transformada em negócio a ser tratado pela lógica do consumo e da comercialização e tornou-se mercadoria que precisa ser mensurada por indicadores quantitativos que têm por objetivo ensinar conhecimentos mínimos e desenvolver capacidades exigidas pela sociedade.

Nesse sentido, a educação passou a ser entendida como responsável pelo desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes necessárias para a manutenção da economia e da ordem social, a fim de garantir uma formação voltada para o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas pela sociedade para

inserção do sujeito no mercado de trabalho, conforme observado nos documentos nacionais e internacionais que norteiam a educação pública do Brasil.

4 | INTERAÇÃO ENTRE A FUNÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA E A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS CONTEÚDOS ESCOLARES

Nesse contexto, surge a ideia de implementação de um sistema nacional de avaliação, em atendimento às orientações das agências e organismos internacionais. Nesse sentido, embora o discurso apregoado seja de melhora na qualidade de ensino, erradicação do alfabetismo dentre outros, na prática tais instrumentos avaliativos cumprem a função classificatória. Por meio dos sistemas nacionais de avaliação são coletados dados que são transformados em números e lançados em uma tabela para compor o ranking das melhores e piores instituições de ensino no Brasil (MUNIZ; ARRUDA, 2007).

Silva (2010, p.432) afirma, em seu artigo “O sistema nacional de avaliação: características, dispositivos legais e resultados”, que a avaliação da aprendizagem dos conteúdos escolares pensada em âmbito nacional, não se restringe ao campo pedagógico; fato que pode ser analisado a partir da observação da “[...] crescente participação de economistas e estatísticos na composição e manutenção do sistema de avaliação da educação brasileiro [...]”.

Enquanto ação docente, a avaliação interna da aprendizagem escolar, embora tenha fomentado debates e apresentado proposições alicerçadas em uma concepção dialética de crítica, pautada em uma Teoria Histórico-cultural e numa Didática para uma pedagogia histórico-crítica, proposta por Gasparin (2011), na prática, ela converge para os pressupostos, princípios e valores difundidos nos documentos elaborados e disseminados pelos organismos internacionais.

O objetivo é apontar competentes e incompetentes, diagnosticar para classificar e separar os capazes dos incapazes e, muitas vezes, premiar aqueles que apresentaram o resultado esperado, como incentivo à meritocracia. Ao valorizar o resultado em detrimento do processo e apontar para os problemas do ensino sem levar em conta os fatores de ordem política, cultural, econômica e social, os sistemas avaliativos nacionais eximem o Estado de seu papel na formação científica e cultural do país e lançam aos sujeitos, quer sejam os alunos, comunidade escolar, professores ou educadores, a culpa pelo fracasso escolar.

Segundo Rabelo (1998) e Luckesi (2002), essa prática, ao ser observada e assimilada pelos alunos, pode incitar à tentativa de produzir um resultado que não condiz com a realidade do desempenho escolar por meio da manipulação dos resultados na busca da melhor nota.

O conceito de avaliação da aprendizagem escolar difundido pelos autores vinculados à concepção histórico-crítica da educação e Libâneo, (1992) precursor

da Pedagogia Crítico-social dos conteúdos, está relacionado à didática que decorre da ação pedagógica dos professores, que devem buscar acompanhar o processo de apropriação do conhecimento a fim de identificar avanços e dificuldades mediante a comparação entre os resultados obtidos e os objetivos propostos para a reorganização do trabalho pedagógico em busca da qualidade do trabalho e da melhoria do aproveitamento escolar.

Sacristán e Gómez (2000, p. 297) enfatizam que, para a “teorização didática”, a avaliação da aprendizagem escolar compreende “[...] mais uma fase, ao final, de um ciclo completo de atividade didática racionalmente planejada, desenvolvido e analisado”. A avaliação da aprendizagem escolar se constitui como uma fase do processo cíclico do ensino e aprendizagem, e como tal, “[...] implica uma revisão de suas consequências, uma avaliação do mesmo. A avaliação serve para pensar e planejar a prática didática”.

Luckesi (2011) e Souza et al. (2011) ressaltam que a avaliação deve cumprir a função diagnóstica e possibilitar a tomada de decisão que implica na ação consciente de tomada de atitude por parte de todos os envolvidos no processo avaliativo, que se efetiva na intervenção para produção do resultado esperado a partir da análise qualitativa do resultado obtido em comparação aos objetivos previamente determinados no planejamento e para a aprendizagem do conteúdo. Todavia, Luckesi (2003, p.16) afirma que a avaliação praticada nas escolas de hoje é uma tradição dos exames escolares que foram sistematizados “[...] nos séculos XVI e XVII.”

Embora o termo “testes”, conforme Gonçalves e Larchert (2011) tenha sido substituído pelo termo avaliação, em meados da segunda metade do século XX, para Luckesi (2002), mesmo após a introdução do termo avaliação da aprendizagem, cunhado por Ralph Tyler, na prática, o procedimento didático pedagógico continuou baseado em testes, provas e exames. Para Luckesi (2003), o ato de examinar, presente na ação pedagógica do nosso tempo, legado do modelo de avaliação da aprendizagem sistematizado do século XVII, cumpre a função classificatória, cujo objetivo principal é a atribuição de notas que compreendem uma escala de 0 (zero) até 10 (dez), a fim de classificar o aluno em aprovado ou reprovado.

Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem se exime de sua função pedagógica e política que se encontra imbricada com a função da escola pública de democratização do ensino pela apropriação do conhecimento científico, ao distanciar-se da possibilidade de intervir pedagogicamente na produção qualitativa do resultado que se pretende.

Em sua análise epistemológica a respeito dos aspectos qualitativos e quantitativos da avaliação da aprendizagem escolar, Luckesi (2005) ressalta que a função da avaliação da aprendizagem escolar é investigar a qualidade do desempenho dos alunos por meio do desenvolvimento e aplicação prática de um instrumento avaliativo que cumpra com a função diagnóstica com a valorização dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e possibilite a intervenção e a mediação do professor, a partir da prática docente, que permita o ensino do conteúdo necessário e, ao aluno,

a aprendizagem, ou seja, a assimilação, a apropriação do conhecimento científico cultural.

Embora os autores e documentos oficiais da SEED-PR enfatizem que a avaliação da aprendizagem escolar, como prática educativa, deve estar alinhada aos objetivos, conteúdos e métodos de modo que o instrumento possibilite a verificação da aprendizagem dos conteúdos e dos métodos de ensino a fim de contribuir para retomada do planejamento, compreendemos que a avaliação como prática pedagógica tem-se efetivado como instrumento legitimador das desigualdades sociais, à medida que exclui e marginaliza aqueles que não apresentam quantitativamente as competências elencadas como necessárias diante de um projeto de reprodução de uma sociedade capitalista.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alicerçados nos estudos de Lipovetsky e Serroy (2011, p. 22), compreendemos que somos bombardeados pela indústria cultural por meio de imagens, anúncios, propagandas, produtos, marcas, notícias e informações. “Não sofremos mais com a raridade do saber: estamos perdidos na própria abundância da informação. Em vez de uma ordem transparente trazendo, em princípio, clareza a racionalidade, vemos aumentar o caos intelectual”.

Adorno (1995) nos propõe refletir que o ‘mal’, por assim dizer, não se encontra somente naqueles que o fazem diretamente, mas também naqueles que permitem que ele aconteça porque são indiferentes aos outros e a si próprios, razão pela qual se faz necessário olhar para além das pessoas, dos fatos e da realidade atual vivida.

Hobsbawn (1998, p. 64) afirma que “[...] a história só fornece orientação a todo aquele que ao encarar o futuro sem ela não só é cego mas perigoso, principalmente na era da alta tecnologia”. Entendemos que devemos olhar para a história da civilização pelo entrecruzamento com a história da educação a fim de buscar orientações que nos possibilitem estabelecer um contraponto entre o processo de semiformação e a forma de organização da sociedade que temos e refletirmos sobre o processo de formação necessário para uma revolução na sociedade que queremos.

Para que a avaliação da aprendizagem escolar se torne um instrumento de democratização do ensino pela apropriação do conhecimento científico e cumpra com sua função política e pedagógica, é necessário que as instituições escolares assumam em sua forma de organização do tempo e do espaço escolar um projeto político-pedagógico e histórico-cultural em contraposição ao projeto capitalista hegemônico da sociedade atual.

Assim, entendemos que a avaliação da aprendizagem dos conteúdos escolares deve ser realizada por meio de técnicas e instrumentos diversificados, em diferentes situações de aprendizagem, ao longo do período letivo, com a finalidade de diagnosticar,

acompanhar e aperfeiçoar o desenvolvimento educacional do estudante e do próprio trabalho do professor.

A avaliação deverá ser contínua, permanente, diagnóstica, formativa e cumulativa para cumprir com sua finalidade educativa, e as técnicas e instrumentos avaliativos deverão permitir ao professor estudar, interpretar os dados resultantes da avaliação, e, observadas as necessidades, estabelecer novas ações pedagógicas para que sejam realizadas as proposições de intervenção e aperfeiçoamento dos resultados.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 119-138.

ADORNO, T. W. **Teoria da Semicultura**. Primeira Versão, ano IV, nº 191 (agosto). Porto Velho, 2005. Volume XIII Maio/Agosto. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2005. Disponível em www.primeiraversao.unir.br/artigos_pdf/191_.pdf Acesso em fev/2018.

APPLE, M. W.; AU, W.; GANDIN, L. A. O mapeamento da educação crítica. In: APPLE, M. W.; AU, W.; GANDIN, L. A. (orgs.) **Educação crítica: análise internacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F. de; PINTO, R. N. (Orgs.) **Escola primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

BATISTA, S. S. dos S. **Teoria Crítica e teorias educacionais**: Uma análise do discurso sobre educação. *Educação & Sociedade*, ano XXI, no 73, Dezembro/2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000400012 Acesso em jul/2017.

BOURDIEU, P. A. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CUNHA, C. da; SOUSA, J. V.de; SILVA, M. A. da (Org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuições à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2016.

GADOTTI, M. A dialética: concepção e método. In: **Concepção Dialética da Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. Pp. 15-38.

GALUCH, M. T. B. **Da vinculação entre ciência**: contribuição para formação docente. Maringá: Eduem, 2013

GALUCH, M. T. B. Sobre as finalidades das disciplinas escolares: o Ensino de ciências na escola pública do século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.17, p. 24 - 32, mar. 2005. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis17/art03_17.pdf Acesso em jul/2017.

GALUCH, M. T. B.; CROCHÍK, J. L. Propostas pedagógicas em livros didáticos: reflexões sobre a pseudoformação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 234-258, 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3218/pdf.10>

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**.5.ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.

GONÇALVES, A. L.; LAECHERT, J. M. **Avaliação da aprendizagem: Pedagogia, módulo 4, v.6 - EAD. Ilhéus, Bahia: EDITUS, 2011.** Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Letras/avaliacao-aprendizagem/modulo-avaliacao-aprendizagem.pdf> Acesso em 02 jun 2017

HOBBSAWN, E. J. **Sobre história.** Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOPNIN, P. V. **Fundamentos lógicos da ciência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

KRAPÍVINE, V. **Que é o materialismo dialético?** Coleção ABC dos conhecimentos sociais e políticos. Moscovo: Edições Progresso, 1986.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1992.

LIBÂNIO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3572/pdf.4> Acesso em jul/2017.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. Introdução. In: LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada.** São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 7-29.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. **História da escola pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A escola pública no Brasil: História e historiografia.** Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar. 14. ed.** São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática.** Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem... mais uma vez.** Revista ABC EDUCATIO, p. 28 – 29, nº 46, jun. 2005.

MELLO, G. N. de (org.). **Educação e transição democrática.** São Paulo: Autores Associados, 1897.

MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946).** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

MOTTA, D. das G. et al. O estado do Maranhão e a institucionalização da escola graduada na Primeira República. In: ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F. de; PINTO, R. N. (Orgs.) **Escola primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012. p.78-99.

MUNIZ, E. P.; ARRUDA, E. E. de. Políticas públicas educacionais e organismos internacionais:

influência na trajetória da Educação Especial brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 28, p. 258-277, dez. 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art17_28.pdf. Acesso em mai/2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **INSTRUÇÃO N.º 15/2017–SUED/SEED**, Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção dos(as) estudantes das instituições de ensino da rede pública estadual de ensino do Estado do Paraná, exceto para modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). https://www.google.com.br/?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjknZmUxKjgAhX3I7kGHSr6D_UQFjADegQIBxAC&url=http%3A%2F%2Fwww.educacao.pr.gov.br%2Fquivos%2FFile%2FFinstrucoes2017%2FInstrucao152017_sued_seed.pdf&usq=AOvVaw1VTvUHNy3R3XbgQGL-2hpu
Acesso em: 02 ago. 2017.

PINTO, R. N. (orgs.) **Escola primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

RABELO, E. H. **Avaliação: novos tempos, novas práticas**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Comprender e transformar o ensino**. 4. ed. Trad. Ernani F. da F. Rosa, Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, D. **A história da escola pública no Brasil: Questões para pesquisa**. In:

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 15. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Autores Associados, 1984.

SAVIANI, D. et al. **O legado Educacional do Século XIX**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, D. et al. **O legado Educacional do Século XX**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 15. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

SCHELBAUER, A. R. **Ideias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1940**. Maringá: EDUEM, 1998.

SILVA, H. M. M. da. ; MAZOTE, M. C. S. G. (Org.). **Educação em debate: saber docente e abordagem da prática pedagógica**. 1. ed. rev. São Paulo: Editora Inteligência 3, 2011.

SILVA, I. F. O sistema nacional de avaliação: características, dispositivos legais e resultados **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 427-448, set./dez. 2010

SOARES, M. **Linguagem e escola uma perspectiva social**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SOUZA, N. A. et al. **O erro e a avaliação da aprendizagem: as concepções de professores e alunos**. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba, 2011.

SOUZA, R. F. de; LOPES, A. de P. C. Circulação e apropriações da escola graduada no Brasil (1889-

1930): notas de uma investigação em perspectiva comparada. In: **VI Congresso Brasileiro da História da Educação**, 2011, Espírito Santo. Anais...Espírito Santo, 2011, p. 1-13. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/-coordenadas.htm Acesso em 04 jun 2017.

YOUNG. Michael F. D. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI? **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 18-37, 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3533/pdf.3> Acesso em jul/2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-461-0

